



# **Apresentação**

## **Organizações e movimentos sociais**

Movimentos sociais têm sido historicamente uma temática relativamente marginal nas Ciências Sociais, embora já existam como um fenômeno social há muito tempo. A trajetória do estudo dos movimentos sociais como parte da disciplina acadêmica revela uma complexa relação entre as Ciências Sociais e seu objeto de estudo.

Como um fenômeno de longa duração, os movimentos sociais são associados muito estreitamente ao próprio surgimento da modernidade.<sup>1</sup> O sonho e as iniciativas para conquistar a liberdade pelo homem no iluminismo, definida como emancipação da tutela alheia, fosse ela do estado, da igreja ou de outrem qualquer, mesmo que isso implicasse na necessidade de transpassar os limites colocados pelo ordenamento social dado, tipificam o seu surgimento. A idéia de que a história pudesse ser planejada e realizada pelo homem foi o elemento revolucionário da modernidade. A discussão pública sobre a necessidade e possibilidade de transformações sociais amplas que permitissem emancipação coletiva, associada à crítica da realidade dada, fez no século 18 disseminarem-se associações, clubes políticos e sociedades de literatura. O novo tipo de associação, onde a participação ou membresia é voluntária, baseada numa concepção iguali-

---

<sup>1</sup> Para o que segue, ver Sobottka (2002), de onde são extraídos ocasionalmente trechos sem caracterizá-los explicitamente como citação.

tária dos participantes e que resulta em espaço para o debate livre entre as pessoas sobre como querem construir sua com-vivência, distingue a sociedade moderna da pré-moderna. Habermas definiu este novo lugar social como esfera pública. A revolução liberal-burguesa foi sem dúvida uma das mais importantes realizações deste projeto emancipatório e, junto com os socialistas utópicos, um dos projetos mais abrangentes de sociedade, gestado e socialmente portado por movimentos sociais.

Também a captação dos movimentos sociais pela literatura da área aconteceu há muito tempo. Usada ainda indefinidamente no positivismo francês, a denominação movimentos sociais assumiu significado técnico durante a turbulenta década de 1840 na Europa, em especial pelos escritos de Lorenz von Stein e Karl Marx. Von Stein, nos estudos publicados em 1842, foi quem originalmente deu ao conceito o sentido atual de luta contra uma situação social dada. Quando Karl Marx o utiliza, já o pressupõe como conhecido. Não o define mais, embora lhe dê uma conotação mais claramente estrutural, onde classes economicamente definidas se opõem. Engels, mais tarde, aplicará a dialética hegeliana do âmbito do espírito ao da vida social concreta, dando aos movimentos sociais uma conotação de sujeito histórico necessário. Embora para este autor fazer a história tenha passado de uma contingência a uma necessidade, com conseqüências dramáticas para experimentos futuros, o marxismo consolidou a idéia de que a sociedade, mesmo depois da revolução liberal burguesa, ainda contém um projeto a ser realizado, ainda é um palco de conflito em torno das possibilidades de sua constante recriação.

Uma vertente posterior – do início do século 20 –, mas igualmente muito influente na visão acerca de movimentos sociais, foi oriunda da psicologia de massas. Seu formulador foi o francês Gustave Le Bon. Nela são enfatizadas as mudanças no comportamento do indivíduo quando este é subsumido à massa, deixando de ser racional e comedido para se transformar em irracional, animalesco, que age segundo seu medo e seus instintos. Aí reside a conotação, por vezes ainda atual, de movimentos sociais como grupos baderneiros, inocentes úteis ou mesmo brutos.

Sintetizando esta dupla origem da definição daquilo que são os movimentos sociais, Hellmann afirma:

Simplificando, marxismo e psicologia de massa representam os dois extremos no início da pesquisa sobre movimentos sociais, porquanto conceberam os movimentos sociais a partir de posições radicalmente opostas. Enquanto o marxismo concebia movimentos sociais por princípio como ação coletiva, com uma racionalidade pró-

pria fundamentada na contradição intrínseca das relações sociais, a psicologia de massa via os movimentos sociais preponderantemente como comportamento coletivo, que é essencialmente irracional, pois é conduzido unicamente por medos e afetos, sem objetivos claros ou autocontroles suficientes. (Hellmann 1999: 94)

Contudo, a despeito de ter havido nas Ciências Sociais conceitos específicos para analisar o fenômeno em questão como movimento social, por muitas décadas outras perspectivas prevaleceram em sua abordagem. Questão social, anomia, utopia, movimento operário, revolução, ação coletiva são algumas das categorias que expressaram aquelas perspectivas. Exceção têm sido as abordagens que priorizavam as teses do comportamento coletivo e da privação relativa, emprestadas da psicologia e desenvolvidas especialmente nos Estados Unidos da América, e que enfocavam os movimentos sociais como irracionalidade seguindo Le Bon ou como reação ao fosso entre aspirações individuais e possibilidades socialmente dadas – e, portanto, como racionalização. Mas ambas viam os movimentos não como criadores e transformadores da sociedade, mas como disfunções a serem superadas.

Dignidade acadêmica e uma atenção simpaticamente engajada de parte dos seus estudiosos foram sendo dadas à temática basicamente a partir dos anos 60 e 70 do último século, já como *novos* movimentos sociais. O protesto, a vida engajada correspondiam a um espírito de época que percorreu parte do globo e criou símbolos e mitos como o maio de 1968 ou o movimento pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos da América. A irrupção quase vulcânica do fenômeno foi seguida pela pesquisa acadêmica que, estupefata, sentiu-se ela própria interpelada pelos acontecimentos.

Os movimentos sociais foram denominados novos para diferenciá-los dos movimentos sociais considerados clássicos – operário e de mulheres<sup>2</sup> –, onde a pertinência ao grupo se definia por critérios objetivos como classe e gênero, e só posteriormente era buscada também a adesão subjetiva; nos movimentos sociais denominados como novos, ao contrário, a identidade, a integração e a ação coletiva passaram a ser destacadas como condição e, simultaneamente, como atos criadores. Otimistas anteviram até a iminência de uma sociedade de movimento.

Em nosso País, o fenômeno movimentos sociais está presente há muitas décadas e desde sua origem esteve estreitamente vinculado à luta por mudanças abrangentes na sociedade. No início da década de 1960 o país foi agitado pelos

---

<sup>2</sup> Com suas peculiaridades, o movimento pela paz poderia ser citado aqui; mas as formas de pertinência a ele já apontam para características dos novos movimentos.

movimentos de reforma de base, talvez a primeira onda de movimentos sociais que transcendeu os segmentos estruturalmente definidos, como o sindicalismo, para envolver amplos segmentos da população que, voluntariamente e por convicção, aderiu a grupos e causas. Mas o movimento por reformas de base, como se sabe, foi interrompido pela ditadura militar. Só na década de 1970, lentamente sob o guarda-chuva da igreja romana e depois sempre mais autônomos e ostensivos, movimentos sociais urbanos, oposições sindicais, comunidades eclesiais de base, pastorais, movimentos rurais e tantos outros passaram a vir a público, organizar-se e a ocupar importante espaço no cenário político da vida nacional.

Num primeiro momento, a tônica destes novos movimentos sociais foi a garantia dos direitos humanos e a busca da redemocratização do País, permeada por reivindicações tópicas. Reconstituída formalmente a democracia, o foco dos movimentos passou a ser a conquista de direitos sociais considerados relegados até então. Pode-se dizer que foi um período de luta por direitos civis e sociais de cidadania, cujo auge foi o processo constituinte de 1987-1988.

Expressão da dignidade e positividade dos movimentos sociais não foram apenas os destaques em eventos acadêmicos como congressos e seminários ou em livros, mas as cristalizações em forma de cátedras, revistas especializadas, comitês e grupos de pesquisa. O Brasil e a América Latina constituíram-se em rico palco de embates e estiveram presentes na consolidação do campo de pesquisa.

O estudo acadêmico dos movimentos sociais levou antes a uma crescente diversidade que a uma convergência nas abordagens. Enquanto na Europa e na América Latina a discussão centrou-se prioritariamente nas clivagens estruturais da sociedade e na identidade dos grupos daí resultantes, nos Estados Unidos da América predominou o enfoque da mobilização de recursos, que se propunha a mostrar como disponibilidade e mobilização de recursos influem no surgimento e na estabilização de movimentos sociais. Foi este último enfoque que chamou a atenção para as *organizações* como parte fundamental dos movimentos sociais e preparou o caminho para uma transição do estudo dos movimentos sociais para o das organizações não governamentais e, posteriormente, de outras organizações tidas como parte da esfera pública.

Como que por ironia, assim, ao mesmo tempo em que a temática movimentos sociais parecia estar consagrada no cânone acadêmico, as mudanças sociais colocaram-na em questão. Difícil seria dizer o que mudou mais radicalmente: se foi o fenômeno como tal ou se foram as abordagens mais consagradas sobre ele.

De qualquer modo, no Brasil o rompimento com este novo ciclo dos movimentos sociais deu-se no contexto das eleições presidenciais de 1989: com a derrota eleitoral da candidatura apoiada por eles, a sociedade brasileira optou majoritariamente por um projeto que se opunha radicalmente aos anseios de emancipação e inclusão cultivados pelos movimentos sociais. As políticas de universalização do acesso a direitos sociais foram substituídas pelo focalismo assistencial; o estado de bem-estar social foi reformado mediante privatizações e ampliação de parcerias com organizações privadas; o foco da vida estatal-pública deslocou-se dos cidadãos para os investidores, em especial os internacionais. Com reduzida aceitação pública e poucos resultados, além de ostensiva política de descrédito feita pelo governo, os movimentos sociais entraram em crise.

Nas universidades brasileiras, sensibilidade e um certo apego a modismos provocaram uma reação rápida e praticamente baniram os movimentos sociais da agenda acadêmica, substituindo-os por outras modas. Em outras latitudes o banimento da temática não foi tão radical – embora a perplexidade face à dinâmica do objeto tenha sido igualmente grande.

Iniciou-se, então, um período de destaque para as organizações. No embalço de eventos como a Eco-92 passou a figurar no imaginário cotidiano e nas pautas de discussão da esfera pública um novo sujeito/objeto social: as organizações não-governamentais. Seja pela indefinição do fenômeno, categoria residual relativamente amorfa, ou pela velocidade das transformações sociais impulsionadas por um espírito de época em que predomina uma racionalidade econômica privatista, as ONGs passaram muito rapidamente a partilhar seu espaço com outras formas de organização – não necessariamente melhor definíveis.

Claramente perceptível parece, no entanto, que a luta pela emancipação e pela conquista de direitos de cidadania migrou gradativamente dos movimentos sociais para as ONGs e destas para uma pluralidade de agentes cada vez mais informes, perdendo seu ímpeto com estas passagens significativamente em intensidade. Como as novas formas organizacionais e os movimentos sociais, tradicionais portadores daquela luta, partilham hoje as possibilidades restantes necessita ser melhor estudado.

O presente número de *Civitas* possivelmente não consiga dar conta de todo desta necessidade, mas tenta acolher parte significativa da diversidade das situações e preocupações atuais de um segmento da sociedade herdeiro dos movimentos sociais e da disciplina acadêmica a ele dedicada.

Um primeiro conjunto de quatro textos referem-se diretamente aos movimentos sociais. *Dieter Rucht* propõe que os movimentos sociais tenham passado

por uma transição: de portadores sociais de um projeto de sociedade integralmente nova a defensores de mudanças, complementos ou correções pontuais dentro de um marco já legitimado. *Leonie Wagner*, tomando como referência a situação na Alemanha, sugere que os movimentos sociais sob certos aspectos envelheceram, perdendo dinâmica e criatividade que antes lhes eram características, declinando os principais motivos desta crise. Consentindo tacitamente que movimentos sociais somente são movimentos enquanto estiverem em movimento, *Daniel de Mendonça* propõe o agonismo – categoria emprestada da teoria do discurso – como estratégia permanente necessária aos movimentos para assegurar a efetivação de seus objetivos, mesmo quando já tenham sido acolhidos em diplomas legais como direitos, contribuindo assim para a vigência da democracia. *Regina Marteleto* e orientandas propõem uma nova conceitualização de informação e conhecimento nos movimentos sociais e nas ONGs em cenários de disputa simbólica.

As organizações com as mais distintas adjetivações têm ocupado recentemente amplo espaço que, pode-se suspeitar, antes era ocupado pelos movimentos sociais. Contudo, com a proliferação das denominações e a fragmentação da esfera pública persiste um déficit de conceitualização. A contribuição de *Emil A. Sobottka* abre o conjunto de textos que discutem aspectos conceituais. Ele propõe uma classificação das organizações da esfera pública com base em três tipos de solidariedade: altruísmo, lealdade e reciprocidade. *Armando Teodósio* analisa criticamente a tensão a que são submetidas as ONGs e o Terceiro Setor nos processos de modernização das políticas públicas, capazes inclusive de afetá-las profundamente no seu propósito de agentes da justiça social, evidenciando a imprecisão deste objeto. *Noëlle Lechat* busca aclarar como as categorias economia social e economia solidária têm sido usadas atualmente e se efetivamente seriam parte de um Terceiro Setor.

Com as transformações induzidas da gestão pública, diferentes formas de participação dos cidadãos nas diversas etapas das políticas públicas têm sido tornadas possíveis. Quer tenham estas transformações resultado de mobilização ou de concessão, implicam em mudanças nas organizações existentes e abrem caminho para novos arranjos. *Alfredo A. Gugliano* compara as alternativas de participação dos cidadãos na gestão pública surgidas em Porto Alegre e Montevideu, realçando as diferenças na estrutura dos dois processos. *Márcia R. Dias*, por seu turno, demonstra como o Orçamento Participativo em Porto Alegre não apenas polarizou o campo político e deu ao partido protagonista uma hegemonia incomum na tradição local, mas também influenciou fortemente na configuração das

forças políticas representadas na Câmara de Vereadores daquela cidade. Exemplificando com o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente, *Vânia M. Sierra* discute as possibilidades e limites que aquele tipo de instituto abriu à participação mesmo num contexto de crescente juridificação de direitos. Hermílio dos Santos traz para o público brasileiro uma visão panorâmica de um componente menos presente nas Ciências Sociais locais: as redes de políticas públicas como locus de interação entre governo e grupos de interesse diversos nos processos de políticas públicas.

Encerrando esta pequena panorâmica, o texto de *Alessandro Pinzani* propõe uma teoria acerca do papel do cidadão na época da globalização, levando em consideração tanto o enfraquecimento do papel dos estados nacionais como as possibilidades abertas com as novas formas organizacionais da comunidade política.

## Referências bibliográficas

- Hellmann, K.-U. (1999). Paradigmen der Bewegungsforschung: eine Fachdisziplin auf dem Weg zur normalen Wissenschaft. *Neue soziale Bewegungen: Impulse, Bilanzen und Perspektiven*. A. Klein, H.-J. Legrand and T. Leif. Opladen, Westdeutscher Verlag: 91-113.
- Sobottka, Emil Albert (2002). A utopia político-emancipatória em transição: movimentos sociais viram ONGs que viram “terceiro setor”. *I Seminário Regional de Pedagogia Social e Práticas Sociais*. Ibirubá, 7-8 dez. 2001, no prelo pela Unicruz.

Emil A. Sobottka